

Joaquim Ferreira dos Santos

ENQUANTO
HOUVER
CHAMPANHE,
HÁ
ESPERANÇA

Uma biografia de

ZÓZIMO
BARROZO DO
AMARAL



**Enquanto
houver
champanhe,
há esperança**

Uma biografia de
Zózimo Barrozo do Amaral

*Joaquim
Ferreira
dos
Santos*

Enquanto houver champanhe, há esperança

Uma biografia de
Zózimo Barrozo do Amaral

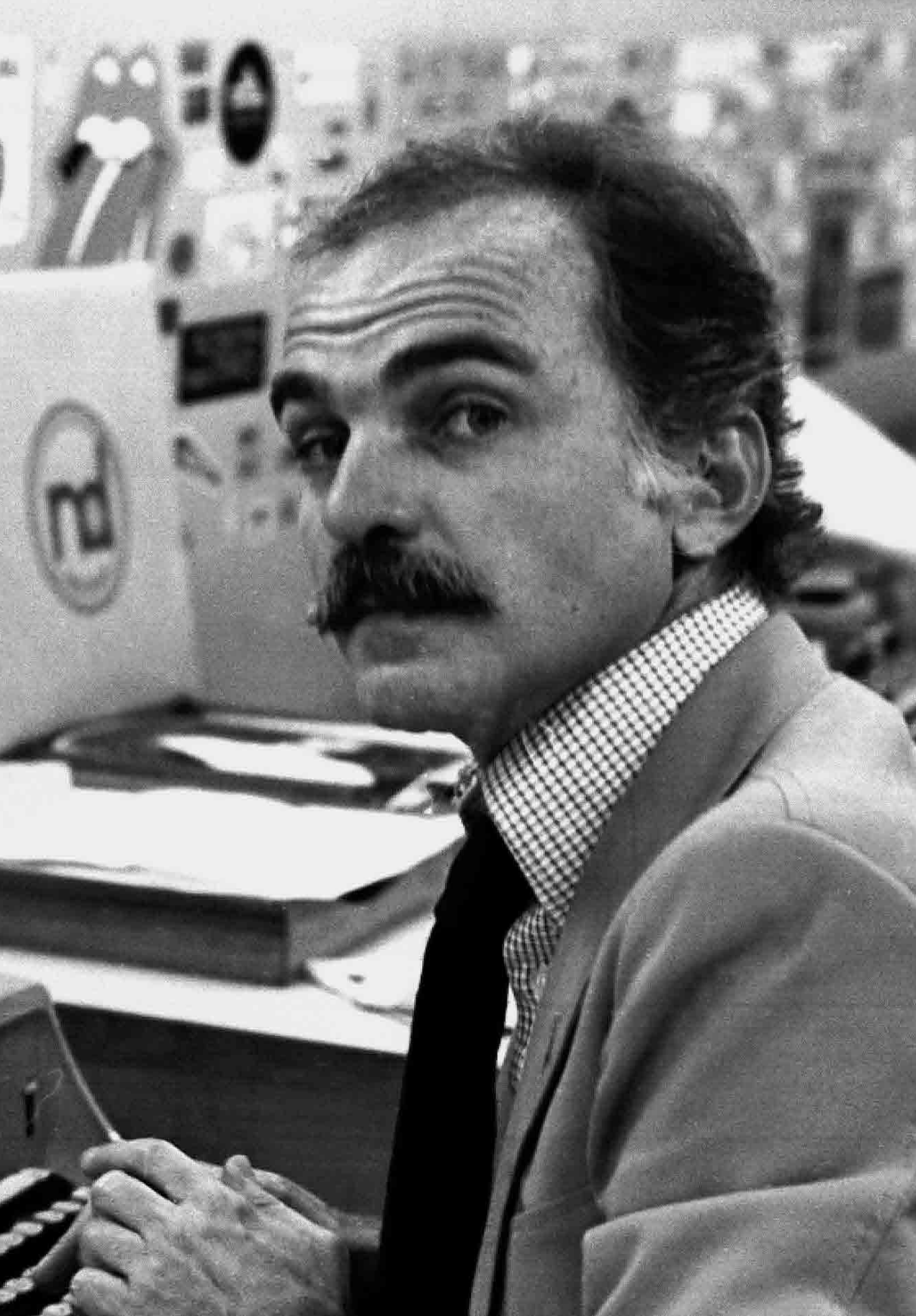


Zózimo



El
Sabor
de los
Años





Copyright © 2016 by Joaquim Ferreira dos Santos

Preparação
Kathia Ferreira

Capa e projeto gráfico
Victor Burton

Revisão
Eduardo Carneiro
Tamara Sender
Vania Santiago

Diagramação
Adriana Moreno

Tratamento de imagens
Anderson Junqueira

Pesquisa iconográfica
Gabriel Bernardo

Foto do autor
Leo Aversa

Checagem
Rosana Agrella da Silveira

Índice onomástico
Gabiella Russano

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S235e

Santos, Joaquim Ferreira dos, 1951-

Enquanto houver champanhe, há esperança: uma biografia de Zózimo Barrozo do Amaral / Joaquim Ferreira dos Santos. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

ISBN 978-85-510-0015-1

1. Zózimo, 1941-1997. 2. Colunistas sociais - Brasil - Biografia.

I. Título.

16-33549

CDD: 920.5

CDU: 929.070

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 - Gávea

Rio de Janeiro - RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Para Eduardo e Vera

1

O chefe da cela, o estudante Valter Bezze, foi o primeiro a ver. Tratava-se de Zózimo Barrozo do Amaral, o elegante colunista social do *Jornal do Brasil*, o novo preso político enviado pelos militares para se juntar aos cinquenta que já estavam naquela cadeia. Era a noite de 2 de abril de 1969 no segundo andar do Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Chovia, um vazamento pingava num dos cantos, os trovões e relâmpagos pareciam sonoplastia de filme de terror. Só faltavam os lobos uivando. O espanto revelado por Bezze, um dos organizadores da célebre Passeata dos Cem Mil pela avenida Rio Branco, no Centro, em junho do ano anterior, vinha de um outro tipo de constatação. Não era filme de terror psicológico. Estreava o terror político.

“Pessoal!”, gritou Bezze para dentro da cela. “Os homens enlouqueceram! Eles agora estão prendendo eles mesmos!”

O AI-5 tinha sido baixado pelo general Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968 e jogava nas prisões centenas de estudantes, políticos, intelectuais, guerrilheiros e todo tipo de opositor ao regime, gente de atividade bem diversificada, mas que os militares julgavam subversivamente nivelados

pela ideia de querer derrubá-los do poder que haviam usurpado em 1964. Zózimo foi o único colunista social preso em vinte e um anos de ditadura — e, glória das glórias, por duas vezes. Seu crime: publicar notinhas no jornal.

A nota-estopim da primeira prisão, quando foi recebido pelo espanto sarcástico de Bezze, saíra no canto à direita da coluna *Zózimo*, publicada no *Jornal do Brasil* em 1º de abril de 1969. Vinha no estilo que seu autor praticava como novidade no jornal, havia menos de dois meses, e avançava em tom editorial e opinativo, na linha de pioneiros nesse tipo de jornalismo na cena brasileira como Jacinto de Thormes, Ibrahim Sued e Álvaro Americano. Zózimo jogava com os mesmos trunfos desses colunistas e oferecia informação diversificada, e não só registro de batizados e casamentos, conforme se fazia no início do século XX. O humor refinado estava presente em seus textos com a sutileza necessária para a época, ou seja, para uma imprensa sob censura prévia. Era das boas notícias da temporada barra pesada de 1969: um colunista social podia ser articulado, bem-pensante, com talento literário e, como confirmava na chegada à prisão, charmoso dentro de um blazer, calça e camisa social em tons diferentes de azul.

Zózimo não era inocente do “crime” que lhe estava sendo imputado. Havia informado a um colega na redação que, com a notícia, pretendia comemorar à sua maneira o quinto aniversário do golpe militar, ocorrido em 1º de abril de 1964. Tentou ser discreto. No título botou “100 anos depois...”, aparentemente homenageando o século da Guerra do Paraguai (1864-1870), o país que servia de pano de fundo à cena hilária narrada por ele. A nota saiu assim:

- Os jornalistas que fizeram a cobertura do almoço que reuniu na Foz do Iguaçu na semana passada os presidentes do Brasil e do Paraguai, generais Costa e Silva e Alfredo Stroessner, estão até agora sem entender o insólito da presença ativa e participante de cerca de 100 indivíduos de má catadura, responsáveis pela segurança do chefe de Estado paraguaio, que praticamente ocuparam o Brasil durante um dia inteiro. Deles partiram todas as ordens e esquemas envolvendo os problemas de segurança, com um desembaraço e uma desenvoltura dignos de quem está em seu próprio país. (...)

- Perguntem aos jornalistas e aos diplomatas do Itamaraty que lá estiveram o número de cotoveladas e empurrões que levaram e terão uma ideia dos desmandos dos truculentos elementos que compõem a guarda pessoal de Stroessner.
- Pois até o general Lyra Tavares, ministro do Exército, foi de uma feita empurrado pelos atuantes cotovelos dos policiais e se não é amparado pelas pessoas que se encontravam ao seu redor teria caído.
- Curiosamente, porém, a valentia e a determinação da guarda paraguaia contrastavam com a lividez do general Stroessner quando este se viu compelido a entrar num helicóptero a convite do presidente Costa e Silva para uma visita *à vol d'oiseau* das Cataratas do Iguaçu.

A nota fora publicada na terça-feira da Semana Santa. Qualquer um sabia dos riscos de ser pregado à cruz caso juntasse na mesma frase a palavra “general” e conjugações do verbo “cair”. Os brasileiros deveriam saber que o general paraibano Aurélio de Lyra Tavares, empurrado de um lado para outro em Foz do Iguaçu, não cairia de jeito nenhum. A notícia tinha sido passada por um amigo de Zózimo, um nome jamais revelado, que estava no almoço da abertura da rodovia BR-277, ligação do Porto de Paranaguá com a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai. Em tempos democráticos, diante de problema com o conteúdo de uma informação cabe reclamação e pedido de acerto. Naquele tempo, a resposta era outra. O que quereria dizer o colunista com a expressão “má catadura”? Seria uma forma sutil de trazer aos corações e mentes dos leitores, pela associação com a rima, a palavra amaldiçoada, “ditadura”, jamais deixada publicar pela censura?

Ter adjetivado como “lívido” o semblante do general-ditador paraguaio ao subir ao helicóptero também insinuava lamentável disposição do colunista. Onde já se viu? De um lado ou de outro da fronteira, donos de todos os poderes, militares brasileiros ou paraguaios não tinham medo de nada. As trevas caíam absolutas sobre a ordem continental. O que fazer, então, para mostrar que com as Forças Armadas não se tira sarro? Prenda-se o autor da notícia. A culpa era do jornalista.

No mesmo dia da publicação, Zózimo recebeu um telefonema do Ministério do Exército pedindo que comparecesse ao prédio da instituição, no Centro do Rio. Não havia especificação sobre o assunto nem sobre o horário da visita. O tom soava amistoso. Ele deveria falar com um coronel responsável pelas tratativas do dia. E lá foi Zózimo, de guarda-chuva, debaixo de uma tempestade, para o encontro com os militares brasileiros. Já na portaria do ministério, envolveu-se num entrave cômico-burocrático com a sentinela. Estava sem documentos e, “ordens do comandante”, só se entrava naquele prédio com algum papel de identificação. “Tudo bem, meu amigo”, Zózimo tentou explicar ao guardinha, “mas acho que só quem vem aqui por vontade própria é que tem de se identificar. Quem vem aqui chamado, como eu fui, pode ser liberado da formalidade.”

O argumento surtiu efeito e Zózimo subiu ao andar indicado. Lá já não estava o coronel do convite, que embarcara mais cedo para o feriadão da Semana Santa. Um capitão tomou para si o personagem de inquisidor-geral da República. Mostrou a coluna do jornal com a nota circulada por caneta vermelha.

“Foi o senhor que publicou isso?”

“Foi, está assinada.”

“Então eu tenho ordens do ministro de prendê-lo.”

“Pois não, eu poderia antes telefonar para o jornal e avisar...?”

“Não, não me venha com o jornal. Qualquer pessoa, menos o jornal.”

Zózimo ligou para o pai, pedindo que avisasse o jornal e fosse pegar seu carro estacionado numa calçada ao lado do ministério. Não havia o que prever do desfecho daquilo — e a coreografia seguinte tanto podia assustar quanto matar de rir. No pátio interno, esperando uma escolta, ouviu a ruidosa chegada de um jipe em alta velocidade, que fez a volta no pátio cantando pneus e parou com uma freada diante do colunista. De dentro saíram dois soldados armados de metralhadoras, compenetrados na gravidade da missão. Prontos, apressados e engatilhados para qualquer reação.

“Fui preso como se prende o mais perigoso dos subversivos: duas metralhadoras para um guarda-chuva”, contaria Zózimo mais tarde, com seu jeito de cauterizar com humor as apoquentações da vida. “Se eu ainda estivesse com um guarda-chuva Brigg...”, continuou, referindo-se ao clássico modelo inglês.

O quartel do Batalhão da Polícia do Exército, para onde o jornalista foi levado, ficaria logo em seguida conhecido como a central do terror engendrado pela repressão militar no Rio. Mas, naquela Quarta-Feira Santa de 1969, a prisão ainda era exercida com alguma dignidade. Caetano Veloso e Gilberto Gil tinham passado sete dias ali antes de seguirem para a Vila Militar, na Zona Oeste. Tinham estado presos pelo estilo de vida, pela música que faziam e por terem cantado, na boate Sucata, na Lagoa, embaixo de um estandarte do artista plástico Hélio Oiticica com a foto de um bandido morto e a inscrição “Seja marginal, seja herói”. Os baianos ficaram em celas individuais, no térreo, de clima mais sombrio. Zózimo foi direto para o segundo andar, num salão de uns cinquenta metros quadrados apenas com presos políticos.

Bezze, por exemplo, era do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma referência da política de agitação estudantil. Ele estava no seu quinto mês de prisão, era o mais antigo de todos ali e uma espécie de líder da cela. Por alguns dias dividira o cargo com Ênio Silveira, editor da *Civilização Brasileira* e filiado ao Partido Comunista Brasileiro, também preso assim que o AI-5 radicalizara a opção dos militares pela ditadura. Ênio era alto. Quando estava dentro da cela e precisava de ajuda externa, curvava-se para meter a cara na portinhola por onde entrava a comida e gritar, falsamente educado: “Senhor Cabo da Guarda!, por favor, Senhor Cabo da Guarda!” O tom, de eschachada ironia, evocava filme B mexicano, e os presos riam baixinho. A impressão era de que o Sargento Garcia, o algoz gorducho do Zorro, apareceria do outro lado.

Quando Zózimo chegou para passar a Semana Santa, Ênio já estava solto e Bezze tornara-se a referência de comando na cela. Tratava-se de um homem também alto, bonito, de fala sedutora. Tinha sido inscrito pelos pais aos dez anos no Partido Comunista, e desde então discursava em público. Administrava com inteligência os humores reclusos, não deixando que o astral dos prisioneiros caísse. Graças a ele reinava certa ordem. Quem quisesse podia ler livros estocados numa pequena biblioteca, entre eles *O estrangeiro*, de Albert Camus, e *A semente do diabo*, que em edições futuras ganharia o título de *O bebê de Rosemary* — os dois livros passaram pelas

mãos de Caetano e Gil. Tinha sido ideia de Bezze deixar no fundo da cela uma mesa comunitária. Nela, todos deveriam colocar alguma coisa trazida na visita dos parentes.

Naquela noite, Bezze estava fora da cela, cuidando de detalhes da burocracia da prisão. Foi quando viu o preso chegando no seu conjunto de azuis. Ao dar as boas-vindas, perguntou-lhe o nome. Ao ouvir “Zózimo”, pensou logo no colunista famoso. Não podia ser, claro! O que estaria um arauto da burguesia capitalista, preocupado em noticiar as festas dos novos nobres, fazendo ali? Como não lhe conhecia o rosto, continuou a conversa de boas-vindas. Pensava estar usando o tom da mais pura brincadeira carioca quando perguntou: “Não vais me dizer que és o Barrozo do Amaral?” “Sou eu, o próprio”, ouviu como resposta.

Foi aí que Bezze se voltou para a cela e anunciou o novo companheiro de infortúnio com o “Pessoal! Os homens enlouqueceram! Eles agora estão prendendo eles mesmos!” — uma das melhores definições sobre aquele momento do desvario ditatorial. Qualquer um era suspeito.

Na noite da chegada de Zózimo, o clima ainda era de confraternização entre iguais, quase todos com o perfil típico de opositores do regime, como estudantes, engenheiros agrônomos envolvidos com a reforma agrária, profissionais liberais. Gente enquadrada por algum desvio de pensamento naquilo a que os militares chamavam “subversão”. Entre revolucionários de esquerda, guerrilheiros apologistas da luta armada, comunistas de diversas dissidências, a prisão era uma condecoração. Faltava o champanhe, mas sobrava gentileza até dos militares responsáveis pelo cárcere. O bom papo reinava, num coquetel ideológico atrás das grades. Ao longo da história brasileira só havia notícia de colunista social preso em dias de tempestade, quando a avenida Atlântica alagava e ficava impossível sair do Golden Room do Copacabana Palace.

Estar trancafiado no presídio da PE na Barão de Mesquita valia como certificado de que já não se fazia “colunista social” como outrora. Na verdade, Zózimo achava essa definição limitadora para o *mix* de notícias que apresentava em mais da metade da página 3 do caderno de cultura do *JB*, o *Caderno B* — onde estava desde 4 de fevereiro de 1969, após iniciar a

carreira no jornal *O Globo* cinco anos antes. Seus problemas acabavam a partir daquele momento, pois já tinha como abrir o currículo ou preencher a linha de profissão na ficha do hotel em Paris: “Preso político.” E preso num endereço politicamente nobre. Juscelino Kubitschek passara por ali para prestar depoimento. Era o encontro do colunista social herdeiro do estilo consagrado por Ibrahim Sued com os socialistas herdeiros da Coluna Prestes. Davam-se bem. A tal mesa comunitária no fundo da cela, inventada por Bezze, introduzia aqueles prisioneiros no capítulo que eles julgavam ser o próximo da história brasileira: “O socialismo vem aí e todos precisamos nos acostumar desde já a dividir.” E esta era uma das frases recorrentes do bom humor no xadrez.

No segundo dia de cana, Quinta-Feira Santa, Zózimo fez sua primeira contribuição para o mesão. Colaborou com um quinhão sofisticado para que os companheiros de cela ficassem ainda mais determinados a lutar pela causa. Marcia Barrozo do Amaral, sua mulher, conseguiu visitá-lo e levou uma cesta da Lidador, fina loja de importados. A cestinha estava repleta de queijos *camembert*, *brie*, *roquefort* e outras estrelas da *fromagerie* francesa. Zózimo, morto de vergonha com a ostentação em pleno território dos que brigavam pela ascensão do proletariado faminto, colocou as iguarias no mesão socialista. Depois, cochichando, deu um toque em Marcia: “Da próxima vez traz Catupiry.”

Como as relações com os presos eram cordiais, mas sem exageros, os militares só impediram a entrada do vinho francês na cela. Deve ter ficado com o “Senhor Cabo da Guarda”. Mesmo assim, encantados, todos degustaram *camembert* com água da bica. Dois dias depois daquele banquete lá estava novamente Marcia com outra cestinha de delicadezas. Dessa vez elas falavam o português mais carioca possível. Nada de importados. Tinha Catupiry, queijo de minas e mortadela. Tudo gostoso, e agora politicamente compatível com o cenário espartano do presídio. A turma comeu, agradeceu e foi dormir.

Bezze, que percebera a mudança de sotaque no cardápio, no dia seguinte puxou uma expressão séria. Chamou Zózimo no canto: “Olha aqui, meu prezado colunista. Nós estamos presos, jogados neste fim de mundo, mas nem

por isso perdemos a nossa dignidade, compreendeu? Estamos aqui trancados, feito animais, mas eu falo em nome do grupo e vou te dizer o seguinte: Queremos respeito!, tá me ouvindo?, respeito!” Zózimo ficou paralisado.

Até aquele momento vinha sendo tratado com sorrisos. Era carioca da gema. Passara a infância jogando bola com os moleques da favela da Praia do Pinto, torcia pelo Flamengo no Maracanã, transitava sem problemas entre os grupos da cela. Todos pareciam gostar dele, e ele, por sua vez, tinha certeza de estar sendo claro na reciprocidade. As diferenças de classe social evaporavam-se ali. Eram iguais na mesma noite escura desenhada pela ditadura.

“O que houve? O que foi que eu fiz?”, perguntou diante da bronca. Bezze pigarreou para dar mais gravidade ao discurso e prosseguiu: “Da primeira vez a sua mulher trouxe *camembert*, *brie*, um banquete delicioso. Ontem foi Catupiry. Antes que a coisa chegue ao Polenguinho, eu quero te dizer o seguinte: só queijo francês! Do bom! Nós somos socialistas, mas gostamos é de queijo francês, morou?!”

Por mais trinta segundos — o rosto silenciosamente fechado, vermelho, expressão da mais furibunda ira, numa pausa dramática espetacular —, Bezze continuou no que poderia ser considerada a melhor performance teatral de sua vida. Parecia prestes a chamar o Senhor Cabo da Guarda e denunciar o companheiro por alguma má conduta. Em seguida, não aguentou. Antes que Zózimo acreditasse demais naquilo, explodiu numa gargalhada. Era tudo brincadeira. Naquele fim de mundo, qualquer queijo seria bem-vindo.

E assim se passaram os dias da Semana Santa de 1969 na Barão de Mesquita. Até que na segunda-feira pós-Páscoa o coronel ressuscitou, quer dizer, o coronel que havia convocado Zózimo para a conversa no Ministério do Exército voltou do feriadão, desfrutado com a família na Região dos Lagos. Descansado, chamou o preso ao seu gabinete. Deu-lhe uma admoestação por causa da nota da nova Guerra do Paraguai. Exigiu um desmentido. Segundo o militar, a fonte do colunista estava errada: o general Lyra Tavares nem sequer comparecera à inauguração da rodovia, o que lhe tirava as condições de ser empurrado por quem quer que fosse. O militar ainda passou algum tempo explicando ao jovem colunista como se fazia jornalismo para família, como se respeitavam generais, fossem brasileiros ou paraguaios.

E finalmente libertou-o e permitiu que voltasse à sua caserna jornalística para catar notinhas mais positivas que ajudassem no esforço geral em prol do desenvolvimento da nação.

No dia seguinte, 8 de abril, de volta à redação, Zózimo publicou um “desmentido”, ou melhor, já que colunistas detestam essa palavrinha, uma “retificação” carregada do sabor das pressões da época. A toda hora a TV era tomada por algum guerrilheiro que, num depoimento forçado, se dizia arrependido da opção pela luta armada e disposto a seguir os caminhos democráticos. No caso da retificação de Zózimo, poderia estar acontecendo o mesmo. Eis a nota:

- Ao ministro Lyra Tavares estou precisando fazer uma retificação. O ministro não foi empurrado por agentes de segurança do presidente Stroessner nas solenidades realizadas em Iguaçu. Lá não tendo estado, acreditei em informante que se revelou irresponsável. Na realidade o general Lyra Tavares nem compareceu à cerimônia na Ponte Internacional, pois, achando-se muito fatigado, disto foi dispensado pelo presidente da República.

Desse jeito, Zózimo teria sido preso — o que torna o acontecimento ainda mais escalafobético — por uma “barriga”, que, na linguagem jornalística, significa “erro de informação”. A punição pior para um jornalista que dá uma “barriga” é ter de fazer o desmentido, a declaração pública de que fracassou na tentativa de flagrar a verdade dos fatos. Bastaria esse mea-culpa a Zózimo. Em 1969, porém, tudo precisava passar também pela humilhação da prisão.

Zózimo acertou a nota conforme a ordem do coronel, mas a cena do crime não ficou clara. Lyra Tavares, segundo a reportagem do *Globo* publicada no dia seguinte à inauguração da rodovia, em 28 de março, estava realmente entre os relacionados no evento — o que seria uma pista para confirmar a veracidade da nota de Zózimo. A reportagem tem um tom inequívoco de *press-release*. Parece um texto preparado previamente pela assessoria militar, passado aos repórteres e, como era comum na época, publicado na íntegra, sem que eles confirmassem as presenças previstas. Pode ser que Lyra estivesse no *release*, mas, dispensado, por cansaço, não estivesse na cerimônia de fato.

Zózimo jamais comentaria a retificação ou a pressão que sofreu para publicá-la. Cercou de estranhezas a coluna daquele dia para tentar sinalizar isso. As notas pareciam escritas com os militares da Censura olhando por cima do ombro do redator, e eles desde o AI-5 habitavam a redação. Além da retificação, Zózimo informava que o mesmo Aurélio Lyra Tavares recebera a grã-cruz da Ordem de Mérito Militar. Mais: falava da aula inaugural dos cursos da Escola Superior de Guerra, proferida na véspera pelo ministro Hélio Beltrão. Comentário de Zózimo ao final dela: “Aconselho muito aos leitores a aula inaugural em questão. Quem a ler vai compreender muito melhor os objetivos que o governo persegue e a realidade nacional.” Tamanha empolgação os leitores só tinham visto o colunista usar para elogiar alguma safra de champanhe.

A prisão mereceu citação num boletim da Central de Inteligência Americana (CIA, na sigla em inglês) sobre a América Latina já em 3 de abril, dia seguinte à chegada ao presídio. De acordo com o texto da CIA, a ocorrência demonstrava que as autoridades militares estavam “determinadas a continuar prendendo especialmente intelectuais e jornalistas que em seu julgamento são suspeitos de manterem contato com movimentos de esquerda”.

Zózimo, que descrevera o empurra-empurra na rodovia sem qualquer intenção de ser de esquerda, continuou nos meses seguintes a publicar notas guiando-se por sua bússola profissional — a de privilegiar o que julgasse notícia. A da censura das músicas “Cálice” e “Bolsa de amores”, ambas de Chico Buarque, saiu primeiro na coluna. Também foi o primeiro a divulgar o surgimento, em código, óbvio, de um novo compositor na praça, um certo Julinho da Adelaide, pseudônimo do mesmo Chico para burlar as proibições do regime. Eram notas do contra, mas sem ostentar oposição política. Da mesma maneira que Chico Buarque, guardava-se para quando o Carnaval chegasse — e segurava o bloco, dava um tempo, indignando-se apenas com questões municipais.

Na intimidade de suas vidinhas domésticas, porém, os militares de 1964 gostavam de uma pândega — e Zózimo pagou por divulgar isso. Foi o motivo da segunda prisão. Corria o doloroso ano de 1972, com as prisões abarrotadas e já sem espaço para delicadezas de mesas comunitárias. A estudante Míriam Leitão e a ativista Dilma Rousseff, que depois seguiriam credos opostos na economia, estavam sendo torturadas pela crença nos mesmos pontos de

vista esquerdizantes. O Rio, querendo alegrar a cena nacional, anunciava, por intermédio de Zózimo, a sua próxima atração cultural:

- A estreia mais badalada da próxima semana será a do musical *Vem de ré que eu estou em primeira*, trazendo de volta Leila Diniz aos palcos. O local é o Salão de Viena.
- Pelo título deve se tratar de uma revista sobre automobilismo.

Depois de ter dado uma entrevista para *O Pasquim* em novembro de 1969 (“você pode amar muito uma pessoa e ir para a cama com outra. Isso já aconteceu comigo”), Leila tornara-se a inimiga-pública-número-um da família brasileira. De todas as famílias. A esquerda desprezou-a por estar pedindo liberdade sexual num momento em que a questão era a liberdade política. As feministas consideravam suas declarações de vulgaridade única, uma afronta à causa. A direita achava-a uma prostituta.

Leila perdeu os empregos. A revista “sobre automobilismo” representava sua volta à cena depois de ter engravidado, sem casamento, do cineasta Ruy Guerra. Era um símbolo do que se chamava de esquerdismo comportamental, já que a prática política usual de oposição estava proibida. Não obstante, o comandante do Forte de Copacabana gostava dela, e em 1º de fevereiro de 1972 Zózimo noticiou:

- O coronel Osmany Pilar é um dos maiores fãs do musical de Leila Diniz, em cartaz no Salão de Viena. Na semana que passou, apareceu para assistir ao espetáculo três vezes.

Nos anos de chumbo, de um lado ou de outro, tudo soava grave. O Estado-Maior do Exército enquadrou o coronel. Onde já se viu um militar aplaudindo, e por três vezes!, uma vedete que já tinha contrariado a moral vigente da família cristã e agora encenava um espetáculo falando palavrões? Osmany era gente boa. Gostava de andar com a sociedade e chegou a dar uma festa, com dinheiro público, no Forte de Copacabana, convidando Tereza de Souza Campos, Lourdes Catão e outras madames.

A nota sobre o espetáculo de Leila Diniz saiu no jornal mais pela curiosidade da coisa do que por qualquer fito de denúncia de incoerência ideológica do milico. Não era Zózimo vingando-se com um deboche da prisão de 1969. Pelo contrário, a nota, tão a favor, tinha sido passada pelo próprio Osmany. Num encontro com Zózimo, o coronel contara suas idas ao show, elogiara a performance de Leila e, como não via problema na confissão, afinal era apenas um show de vedetes com o mocotó de fora, não disse o famigerado “mas pelo amor de Deus não publique!”. Qual o mal em ver um espetáculo de música e humor como aquele?, ele deve ter se perguntado enquanto levava o esporro de um superior no Ministério do Exército.

O coronel, chamado aos brios cívicos por estar jogando o jogo do inimigo e elogiando uma subversiva notória, precisava fazer o que na época era esperado por seus superiores. Não lhe sobrou senão a alternativa de enquadrar o amigo jornalista. Prenda-se o suspeito de sempre. Mandou um jipe com quatro soldados até o apartamento de Zózimo, meia dúzia de quadras depois do forte, já em Ipanema, e recolheu-o aos costumes até o fim do dia. Dessa vez, Marcia foi dispensada de preparar tábuas de queijos. O coronel precisava da encenação, precisava dar um desconforto público ao colunista, para mostrar pulso forte. “Você me sacaneou”, desabafou com Zózimo, que retrucou com um “Não era a intenção, mas você tem bom gosto”. Osmany pediu então que o poupasse de outras publicações.

Liberado, na manhã seguinte o colunista social voltava à redação com nova medalha. Quase um Santo Guerreiro em eterno duelo contra as Forças Armadas, o Dragão da Maldade. Quanto a *Vem de ré que eu estou em primeira*, teve carreira discreta. Dalva de Oliveira, no elenco, cantava “Bandeira branca” em dueto com Leila, mas Zózimo não publicou. “Bandeira branca” poderia parecer um jeito de “intelectuais de esquerda” sugerirem que os militares deveriam parar de guerrear com os brasileiros.

Uma noite, Chico Buarque de Hollanda, amigo do diretor do espetáculo, Tarso de Castro, deu uma canja. A plateia embevecida ouviu o compositor, também perseguido pelo regime militar e obrigado a um exílio na Itália encerrado em 1970, cantar o clássico “Escurinho”, de Geraldo Pereira. Tudo ia bem e feliz até que Chico, ligeiramente bêbado, resolveu se aliviar ali mesmo

e urinou com a maior discrição possível num vaso de plantas que decorava um dos cantos do proscênio. Foi a última cena de *Vem de ré*. O dono do Viena, um militar aposentado, urrava no dia seguinte ao ser notificado da chanchada: “O palco é a continuação do meu lar, vocês urinaram no meu lar!”

E demitiu todo mundo. No *JB*, Zózimo encontrou transtornada sua secretária, e eventualmente repórter, Marly Gonçalves. As duas prisões, por motivos absurdos, deixaram-na em pânico. Foram episódios que serviram a ela de conscientização política. Qualquer brasileiro, até mesmo em meio à Semana Santa, poderia ser considerado suspeito. E foi aí que a ficha caiu: ela, inclusive. Ainda mais secretariando um subversivo daqueles. Marly, pelos muitos anos da ditadura militar, passou a temer, no radicalismo do destempero paranoico, que um dia o I Exército levasse não apenas Zózimo, mas ela e, depois, Fred Suter, o outro jornalista da coluna. A aproximação com o colunista, de que tanto se orgulhava, começava a soar arriscada para a ex-secretária do funcionalismo público, agora metida nesse negócio de oposição ao regime.

Zózimo percebeu o potencial de comicidade do medo e resolveu assustar Marly. Pegou um envelope do I Exército que havia sido enviado à coluna com um *release* e forjou uma carta assinada por um general. O militar fictício espinafrava uma nota que havia sido publicada sobre um jantar na casa da grã-fina Carmen Mayrink Veiga, em que a coluna elogiava como grande arte da ceia uma guarnição de caviar da melhor procedência russa. Dizia a carta, deixada displicentemente sobre o rolo da máquina de escrever de Marly, mas dirigida ao titular:

As suas insinuações elogiosas aos valores comunistas lhe custarão mais uma prisão, seu esquerdinha. E está na hora de levar também aos quartéis esses seus asseclas, porque tudo isso aí não passa de uma célula de esquerda fingindo de coluna social.

Marly acreditou. Naquele mesmo dia, diante de uma nota que elogiava o frango à Kiev servido em um jantar de Lourdes Catão, perguntou muito séria a Zózimo: “O frango à Kiev está liberado pelos militares?”

“**E** stá na hora de as pessoas saberem quem é Zózimo Barrozo do Amaral.” Foi com essa frase que o audacioso jornalista de vinte e sete anos se despediu de *O Globo*, em 1969, para assumir uma coluna com seu nome no *Jornal do Brasil* e revolucionar a crônica social. Zózimo conseguia circular pelos mais variados ambientes e cavar furos de reportagem em assuntos tão abrangentes quanto política, economia, esportes e artes. Culto, sedutor e dono de um sofisticado senso de humor, ninguém sabia por onde atacaria. Sem abandonar o champanhe e o caviar, ele inventou um novo cardápio de delícias para o banquete da informação diária e se divertia com o sucesso.



ISBN 978-85-510-0015-1



www.intrinseca.com.br